

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM QUÍMICA

ARLÉIA MIDÕES MAGNO

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: análise do currículo de Licenciatura em Química no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

MACAPÁ - AP

2025

ARLÉIA MIDÕES MAGNO

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: análise do currículo de Licenciatura em Química no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso Superior de Licenciatura em Química, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP, como requisito avaliativo para obtenção de título de Licenciatura em Química.

Orientadora: Prof. Me. Suany Rodrigues da Cunha

Coorientador: Dr. Marcos Antonio Feitosa de Souza

MACAPÁ - AP

2025

Biblioteca Institucional - IFAP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

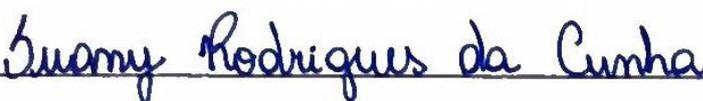
- M198f Magno, Arléia Midões
 Formação docente para a educação de jovens e adultos: análise do currículo de licenciatura em química no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá / Arléia Midões Magno - Macapá, 2025.
 47 f.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Macapá, Licenciatura em Química, 2025.
- Orientador: Ma. Suany Rodrigues da Cunha.
 Coorientador: Dr. Marcos Antonio Feitosa de Souza.
1. Educação de jovens e adultos. 2. Formação docente. 3. Projeto pedagógico do curso. I. Cunha, Ma. Suany Rodrigues da, orient. II. Souza, Dr. Marcos Antonio Feitosa de, coorient. III. Título.

ARLÉIA MIDÕES MAGNO

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: análise do currículo de Licenciatura em Química no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso Superior de Licenciatura em Química, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP, como requisito avaliativo para obtenção de título de Licenciatura em Química.

BANCA EXAMINADORA



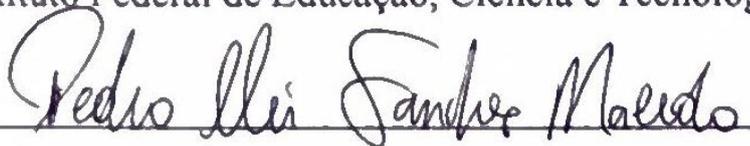
Orientadora: Me. Suamy Rodrigues da Cunha
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá



Coorientador: Dr. Marcos Antonio Feitosa de Souza
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá



Membro 1: Dr. Thiago Barreto da Silva Amaral
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá



Membro 2: Dr. Pedro Clei Sanches Macedo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

Apresentado em: 20 /03/2025

Conceito/Nota: 95,0

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha eterna gratidão por me conceder força, sabedoria e resiliência para superar cada obstáculo ao longo desta trajetória acadêmica. Foi com Sua graça e amparo que encontrei coragem nos momentos de incerteza e perseverança diante dos desafios enfrentados.

À minha querida professora e orientadora, Mestra Suany Rodrigues da Cunha, e ao meu coorientador, Doutor Marcos Antonio Feitosa, por toda paciência, incentivo e ensinamentos que foram essenciais para minha formação. Obrigada por acreditarem no meu potencial e me guiarem com dedicação e profissionalismo.

Aos meus pais, Ambrósio Machado Magno e Maria Madalena da Silva Midões, por serem minha base e fonte de inspiração, me ensinando o valor da educação e do esforço. Aos meus filhos, Derick Ian Midões Braga, Alana Sofhia Midões Braga e Ana Maria Midões Braga, que são minha maior motivação e razão para continuar sempre em frente. Ao pai dos meus filhos, Alex Picanço Braga, pelo apoio e por compartilhar comigo essa jornada.

À minha sobrinha e afilhada, Andressa Midões Magno, e a todos os meus familiares, pelo carinho, compreensão e incentivo incondicional. Aos meus amigos Andrei Bacelar Rodrigues e Rainara Penha Araújo, pela amizade sincera e pelo apoio nos momentos mais difíceis. Aos colegas da graduação, por compartilharem comigo essa caminhada, tornando-a mais leve e significativa.

Por fim, ao Instituto Federal do Amapá, que proporcionou o espaço e as oportunidades necessárias para minha formação, contribuindo para meu crescimento acadêmico e profissional. A todos vocês, minha eterna gratidão

"Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção."

— Paulo Freire, 1996, p. 25

RESUMO

Este estudo apresenta como tema a formação docente para a educação de jovens e adultos, com foco na análise do currículo do curso de Licenciatura em Química. Tem como objetivo geral analisar de que forma a EJA vem sendo abordada no currículo do curso de Licenciatura em Química ofertado pelo Instituto Federal de Ciências e Tecnologias do Amapá. Para tanto, adotou-se a análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), identificando mudanças e avanços na formação dos futuros professores para atuarem nessa modalidade. A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa. Os resultados da pesquisa indicam que a versão inicial do PPC (2015-2021) apresentava lacunas na preparação docente para a EJA, enquanto a reformulação do PPC em 2021 trouxe avanços importantes, como a inclusão da disciplina "Teoria e Prática da EJA" e a ampliação da temática nos estágios supervisionados e em disciplinas pedagógicas. No entanto, ainda persistem desafios, como o aprofundamento metodológico e a necessidade de maior integração dos saberes culturais locais. Conclui-se que uma formação docente mais inclusiva e sensível às especificidades da EJA é fundamental para preparar professores estejam preparados para atender esse público, contribuindo para uma educação mais equitativa e transformadora.

Palavras-chave: educação de jovens e adultos; formação docente; projeto pedagógico do curso.

ABSTRACT

This study focuses on teacher education for Youth and Adult Education (EJA), with an emphasis on analyzing the curriculum of the Chemistry Teacher Education Program. Its general objective is to analyze how EJA is addressed in the curriculum of the Chemistry Teacher Education Program offered by the Federal Institute of Science and Technology of Amapá. To this end, the analysis of the Course Pedagogical Project (PPC) was adopted, identifying changes and advances in the training of future teachers to work in this modality. The research is characterized by a qualitative approach. The results indicate that the initial version of the PPC (2015–2021) presented gaps in teacher preparation for EJA, while the 2021 reformulation of the PPC brought important advances, such as the inclusion of the subject "Theory and Practice of EJA" and the expansion of the theme in supervised internships and pedagogical subjects. However, challenges remain, such as the need for deeper methodological approaches and greater integration of local cultural knowledge. It is concluded that a more inclusive teacher education, sensitive to the specificities of EJA, is essential to prepare teachers to serve this audience, contributing to a more equitable and transformative education.

Keywords: youth and adult education; teacher training; course pedagogical project.

LISTA DE SIGLAS

BNC	Base Nacional Comum
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CES	Câmara de Educação Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
DNC	Diretrizes Curriculares Nacionais
EaD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IFAP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
UAB	Universidade Aberta do Brasil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	EJA E SUA VINCULAÇÃO NO CURRÍCULO DE QUÍMICA.	14
2.1	Educação de jovens e adultos no Brasil e a formação de professores	14
2.2	O currículo para a formação de professores de química para a EJA	19
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
3.1	Tipo de pesquisa	25
3.2	Procedimentos de coleta de dados	26
3.3	Análise de dados	27
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
4.1	A constituição da eja no projeto pedagógico do curso de química do ifap	28
4.2	Princípios para a formação de professores na EJA – licenciatura em Química	36
4.3	Práticas de ensino de Química para a EJA na Licenciatura do IFAP	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem, ao longo da história, se consolidado como uma resposta fundamental às lacunas e iniquidades existentes no sistema educacional. Essa modalidade se apresenta como uma alternativa indispensável para oferecer oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento pessoal àqueles indivíduos que, por diversas razões como questões socioeconômica, responsabilidades familiares que demandam tempo e energia, bem como as pressões relacionadas ao mercado de trabalho, que muitas vezes obrigam esses sujeitos a priorizarem a subsistência em detrimento da educação formal, não conseguiram concluir sua formação escolar no período considerado convencional. Em função dessas condições desafiadoras, os estudantes da EJA enfrentam obstáculos peculiares, os quais exigem o desenvolvimento de abordagens pedagógicas especialmente adaptadas e sensíveis às suas realidades.

A prática docente nesse contexto é marcada por desafios específicos, que incluem, entre outros aspectos, a significativa diversidade de experiências de vida e o acúmulo de conhecimentos prévios que os alunos trazem consigo para o ambiente escolar. Ademais, há a necessidade constante de conciliar os estudos com uma série de outras responsabilidades cotidianas. Contudo, essas mesmas características que tornam o ensino na EJA desafiador também abrem espaço para inúmeras oportunidades de inovação pedagógica. Isso ocorre porque a complexidade do público atendido permite a exploração de estratégias criativas e dinâmicas, que fortalecem os vínculos entre professores e alunos, promovendo um ambiente de aprendizagem mais inclusivo, colaborativo e participativo.

A Educação de Jovens e Adultos tem um papel fundamental na promoção do direito à educação, possibilitando que indivíduos que não tiveram acesso à escolarização na idade regular possam dar continuidade aos seus estudos. Considerando as especificidades desse público, torna-se essencial que os cursos de formação de professores contemplem, em seu currículo, disciplinas e metodologias voltadas para a realidade da EJA. Dessa forma, futuros docentes podem ser preparados para lidar com os desafios e potencialidades desse modelo de ensino, utilizando abordagens pedagógicas que favoreçam a aprendizagem significativa e respeitem a trajetória de vida dos estudantes.

Nesse cenário, os cursos de licenciatura desempenham um papel de suma importância, uma vez que são os responsáveis por preparar professores para atuar na Educação de Jovens e Adultos. Assim sendo, se apresenta como problema de pesquisa, o seguinte questionamento: De que forma a EJA vem sendo abordada no currículo do curso de Licenciatura em Química

ofertado pelo Instituto Federal de Ciências e Tecnologias do Amapá?

E como objetivo geral: analisar de que forma a EJA vem sendo abordada no currículo do curso de Licenciatura em Química ofertado pelo Instituto Federal de Ciências e Tecnologias do Amapá. Para isso, foram definidos três objetivos específicos principais: (1) Identificar como a EJA vem se constituindo no currículo do curso de Licenciatura em Química no Instituto Federal do Amapá; (2) identificar os princípios e os objetivos que são propostos para a formação de docentes voltados para atuar na EJA no contexto do curso de Licenciatura em Química e (3) investigar a existência de práticas pedagógicas e metodológicas específicas para o ensino na EJA dentro do referido curso.

A relevância deste trabalho transcende o âmbito estritamente acadêmico e pedagógico, alcançando também a dimensão social, ao propor uma reflexão mais ampla sobre a educação enquanto um direito humano essencial. Este direito é reconhecido não apenas como um instrumento capaz de transformar trajetórias individuais, mas também como um meio para promover mudanças significativas em toda a sociedade. Particularmente no caso da EJA associada ao curso de Licenciatura em Química no IFAP, é evidente que essa é uma iniciativa de relevância social, educacional e econômica. Promover o acesso a uma educação de qualidade para todos os cidadãos, independentemente de sua idade ou histórico educacional, é uma necessidade urgente e justificada.

Essa perspectiva se fortalece quando considerada a partir de experiências pessoais, como as vividas por mim ao longo do processo de retorno à vida acadêmica, após um período prolongado afastada dos estudos formais. Essa vivência não apenas me permitiu compreender, em profundidade, a importância transformadora da EJA, mas também despertou minha consciência para o fato de que o ensino nessa modalidade exige a aquisição de competências e habilidades específicas — competências essas que nem sempre recebem a devida atenção nos currículos tradicionais de formação de professores. Além disso, é necessário que as metodologias empregadas estejam em sintonia com as experiências e vivências dos alunos, de modo a criar um ambiente mais significativo e inclusivo. Essa reflexão constitui um dos pilares fundamentais deste estudo.

Portanto, a formação de professores de Química para atuarem na EJA, no estado do Amapá, precisa ir muito além do ensino de conteúdos específicos da disciplina. Deve abranger também abordagens pedagógicas amplas, estratégias avaliativas inovadoras e metodologias de ensino efetivamente adaptadas às particularidades desse público. Essa integração de saberes e práticas representa uma oportunidade singular para promover uma formação docente mais inclusiva, abrangente e alinhada às demandas reais da EJA. Como resultado, futuros professores

estarão mais bem preparados para enfrentar os desafios impostos pela diversidade e complexidade dessa modalidade de ensino, garantindo, assim, que um maior número de estudantes tenha acesso a uma educação transformadora, capaz de impactar positivamente suas vidas e a sociedade como um todo.

2 EJA E SUA VINCULAÇÃO NO CURRÍCULO DE QUÍMICA.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma modalidade de ensino essencial para a garantia do direito à educação daqueles que, por diferentes motivos, não puderam concluir sua escolarização na idade regular. No entanto, apesar de sua relevância social, a EJA ainda é pouco contemplada nos currículos dos cursos de Licenciatura, especialmente nas áreas das Ciências da Natureza, como a Química. Este trabalho propõe-se a analisar como a formação inicial de professores de Química aborda — ou deixa de abordar — os aspectos específicos relacionados à EJA, discutindo as interfaces entre currículo, prática docente e políticas públicas. A partir da análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Química do Instituto Federal do Amapá (IFAP), busca-se compreender se e como essa modalidade é considerada na formação dos futuros docentes, refletindo sobre os desafios e possibilidades para uma atuação pedagógica crítica, inclusiva e contextualizada.

2.1 Educação de jovens e adultos no Brasil e a formação de professores

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil tem suas raízes na necessidade de suprir as lacunas educacionais deixadas pelo sistema formal de ensino. Desde o período colonial, a educação era um privilégio das elites, estando restrita principalmente a homens brancos e membros da aristocracia. A população mais pobre, composta por indígenas, negros escravizados e camponeses, era amplamente excluída do acesso à alfabetização e ao conhecimento formal.

No século XIX, com a Independência do Brasil (1822) e a promulgação da primeira Constituição em 1824, a educação começou a ser discutida como um direito, mas a oferta permaneceu insuficiente. O ensino continuava voltado para uma pequena parcela da população, e os esforços para alfabetizar jovens e adultos ainda eram esporádicos e limitados. Durante a Primeira República (1889-1930), algumas iniciativas isoladas tentaram ampliar o acesso à educação, mas sem impacto significativo na redução do analfabetismo.

Foi no século XX que a alfabetização de adultos começou a ser reconhecida como um fator essencial para o desenvolvimento econômico e social do país. Durante a Era Vargas (1930-1945), surgiram as primeiras campanhas de alfabetização voltadas para jovens e adultos, bem como os cursos supletivos, que buscavam oferecer oportunidades educacionais para aqueles que não puderam frequentar a escola na idade regular. Com a criação do Serviço de Educação de Adultos no final da década de 1940, houve um esforço maior para institucionalizar a

educação de jovens e adultos.

Na década de 1960, o Movimento de Educação de Base (MEB) se destacou como uma iniciativa inovadora, inspirada nas ideias do educador Paulo Freire. Freire defendia uma abordagem pedagógica libertadora, baseada no diálogo e na consciência crítica dos alunos, de modo que a alfabetização não fosse apenas um processo mecânico, mas uma ferramenta de transformação social. No entanto, com o golpe militar de 1964, muitas dessas iniciativas foram interrompidas, e a educação passou a ser rigidamente controlada pelo Estado, que via na pedagogia freireana uma ameaça ao regime.

Durante a ditadura militar (1964-1985), a reestruturação da educação de jovens assumiu uma perspectiva tecnicista e funcionalista, priorizando as demandas do mercado de trabalho. O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado em 1967, buscava reduzir os índices de analfabetismo, mas sem promover uma educação crítica e emancipatória.

A consolidação da Educação de Jovens e Adultos no Brasil foi significativamente impulsionada pela Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a educação como direito de todos e dever do Estado (Brasil, 1988). Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº9.394/1996 oficializou a EJA como uma modalidade da educação básica, garantindo oportunidades de aprendizado para aqueles que não tiveram acesso ou não puderam dar continuidade aos estudos na idade apropriada.

Em 2018, a Lei nº13.632 alterou o artigo 37 da LDB, definindo que a EJA é “destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” (Brasil, 2018). Essa legislação reforça o acesso à EJA como um direito do cidadão e determina que a aquisição do conhecimento seja contínua, no decorrer de toda a vida.

Diante dos avanços, a partir da LDB e do reconhecimento EJA como uma modalidade da educação básica, passa-se a impulsionar a elaboração de diretrizes específicas voltadas à formação de professores aptos a atender às particularidades desse público.

A Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, definindo a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores (BNC Formação). Embora o documento não inclua especificações voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA), é possível extrair dele várias diretrizes aplicáveis a essa modalidade, tais como: os professores da EJA devem desenvolver as competências gerais docentes e as competências específicas nas dimensões de conhecimento, prática e engajamento profissional, considerando as particularidades dos estudantes jovens e adultos (Brasil, 2019).

É essencial que os professores reconheçam os contextos de vida dos estudantes da EJA, suas identidades e trajetórias, elaborando estratégias pedagógicas que respeitem e valorizem suas experiências e saberes. Portanto, a prática pedagógica deve ser articulada com os contextos específicos da EJA, incluindo o planejamento, metodologias, regência e avaliação que promovam aprendizagens significativas e contextualizadas para atender às necessidades dos estudantes da EJA.

Complementarmente, a Resolução CNE/CEB nº 01/2021, institui Diretrizes Operacionais para a EJA, promovendo uma articulação com a Política Nacional de Alfabetização e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em seu Art. 31, a resolução determina que o Sistema Nacional Público de Formação de Professores deve implementar políticas e ações específicas para a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica que atuam na EJA (Brasil, 2021).

Além disso, tais ações devem incluir os professores do ensino regular que trabalham com adolescentes em distorção idade-série, ou seja, estudantes cuja trajetória escolar foi interrompida ou sofreu atrasos significativos. As políticas de formação devem ser construídas em estreita articulação com as universidades públicas e os sistemas de ensino, de forma a garantir a coerência pedagógica, o compromisso com a qualidade da educação e a valorização da diversidade dos sujeitos atendidos pela EJA (Brasil, 2021).

Outro documento relevante para o debate sobre a Educação de Jovens e Adultos, especialmente no que diz respeito à formação de professores, é a Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a EJA. Em seu Art. 17, essa resolução determina que a formação inicial e continuada dos profissionais que atuam nessa modalidade deve tomar como referência as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental, para o ensino médio e para a formação de professores. Essa formação deve estar ancorada em quatro pilares fundamentais:

- I – Um ambiente institucional com organização compatível com a proposta pedagógica;
- II – A investigação dos problemas específicos da EJA, com o objetivo de oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas;
- III – O desenvolvimento de práticas educativas que articulem teoria e prática;
- IV – A utilização de métodos e técnicas que considerem códigos e linguagens adequados às situações específicas de aprendizagem (Brasil, 2020).

Embora a resolução destaque a importância da formação docente alinhada às diretrizes nacionais, ela não especifica de maneira clara os conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para a atuação na EJA, o que pode dificultar a efetivação de uma formação mais

direcionada e eficaz para essa modalidade.

A Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, dispõe sobre as DCNs para a formação inicial em nível superior de profissionais do magistério da educação escolar básica, abrangendo cursos de licenciatura, formação pedagógica para graduados não licenciados e segunda licenciatura. A formação inicial deve garantir a compreensão ampla e contextualizada da educação escolar, considerando as especificidades de cada etapa e modalidade, como a EJA, e assegurar o desenvolvimento de estratégias pedagógicas adequadas às necessidades dos estudantes dessa modalidade. No Art. 7º, inciso IV, b, inclui o reconhecimento dos diferentes ritmos, tempos e espaços dos estudantes, bem como suas dimensões psicossociais, histórico-culturais e interativas (Brasil, 2021). Portanto, a formação dos professores para a EJA deve contemplar as particularidades dessa modalidade, promovendo práticas pedagógicas inclusivas e adaptadas às características dos estudantes.

Contudo, estudos evidenciam que a formação inicial de professores para a EJA ainda enfrenta desafios significativos. Em muitas licenciaturas, as especificidades dessa modalidade não são devidamente contempladas, o que gera uma lacuna na preparação dos docentes para atender de forma eficaz às particularidades dos estudantes jovens, adultos e idosos.

Do ponto de vista legal, espera-se que os cursos de licenciatura promovam uma formação que capacite os professores a atuar com a diversidade presente na EJA, desenvolvendo competências essenciais para essa prática educativa. Entre os conhecimentos necessários, destaca-se: a compreensão das trajetórias educacionais e sociais dos estudantes adultos; o domínio de metodologias de ensino adequadas às suas características e necessidades; e o entendimento das políticas públicas que orientem a EJA, contribuindo para uma atuação crítica, inclusiva e contextualizada.

Quanto às atitudes profissionais, espera-se que demonstrem respeito pelas trajetórias de vida dos alunos, comprometimento com a inclusão educacional e social e uma postura aberta ao aprendizado contínuo, reconhecendo a formação docente como um processo permanente e essencial para o aprimoramento da prática pedagógica.

Assim, embora as DCNs reconheçam a EJA como parte integrante da Educação Básica e ressaltem a necessidade de uma formação que contemple suas especificidades, persistem lacunas na formação inicial oferecida pelas licenciaturas. É necessário avançar na integração efetiva desses aspectos aos currículos de formação docente, de modo a garantir profissionais preparados, críticos e sensíveis às demandas dessa modalidade de ensino.

No contexto da formação de professores, especialmente na Licenciatura em Química, atuar na Educação de Jovens e Adultos exige uma abordagem específica que articule saberes

técnicos, pedagógicos e socioculturais. As Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de licenciatura ressaltam a importância de preparar professores capazes de atuar em diferentes contextos educacionais, incluindo a EJA (Brasil, 2020). Diante disso, é fundamental que o currículo da Licenciatura em Química inclua disciplinas, metodologias e experiências formativas que levem em conta as particularidades dessa modalidade, como o perfil heterogêneo dos estudantes, a necessidade de contextualizar os conteúdos científicos e a valorização da articulação entre teoria e prática como condições para a promoção de aprendizagens significativas.

Carvalho et al. (2021) afirmam que as práticas pedagógicas na Licenciatura em Química devem enfatizar metodologias ativas, que incentivem o protagonismo dos alunos e a contextualização do aprendizado. Estudos demonstram que o uso de experimentos simples e de baixo custo, aliados a discussões sobre temas contemporâneos, é eficaz para engajar estudantes da EJA e aproximar a Química de suas vivências.

A Química, enquanto área de conhecimento, apresenta um grande potencial para contribuir com a formação crítica e cidadã dos estudantes da EJA. Seus conceitos podem ser aplicados em situações concretas do cotidiano, como temas relacionados à saúde, meio ambiente e tecnologia, possibilitando conexões diretas com a realidade vivida pelos alunos. Para que essa abordagem seja efetiva, é fundamental que os futuros professores desenvolvam competências didáticas que tornem os conteúdos mais acessíveis, contextualizados e significativos. Isso implica, entre outros aspectos, em respeitar o repertório sociocultural dos estudantes e adotar práticas interdisciplinares, elementos essenciais para promover um ensino de Química engajado, inclusivo e transformador (Silva; Souza, 2019).

Além disso, a inserção de estágios supervisionados em turmas de EJA no currículo da licenciatura oferece experiências formativas indispensáveis. Essa vivência possibilita que os futuros professores compreendam de forma mais aprofundada as especificidades desse público, reflitam criticamente sobre as estratégias pedagógicas mais adequadas e desenvolvam um compromisso efetivo com a inclusão social e a democratização do acesso ao conhecimento. Por meio do contato direto com os estudantes da EJA, o estágio contribui para a formação de docentes mais sensíveis e preparados com as reais demandas dessa modalidade de ensino.

A formação de professores é um processo complexo que exige a integração de múltiplas dimensões, como aspectos pedagógicos, tecnológicos, curriculares e socioemocionais. Um dos pontos centrais desse processo é o currículo, que deve ser dinâmico e adaptável às demandas sociais e culturais. Pimenta e Anastasiou (2014) ressaltam que o currículo deve ser concebido como um espaço de articulação entre o saber científico e a

realidade dos alunos, promovendo práticas pedagógicas que estimulem a autonomia e o pensamento crítico.

A formação docente não se limita à graduação, configurando-se como um processo contínuo ao longo da carreira. A participação em comunidades de prática e em redes de colaboração entre educadores constitui uma dimensão valiosa para o desenvolvimento profissional. Essas iniciativas fortalecem a troca de experiências, a construção coletiva do conhecimento e a adoção de metodologias inovadoras. Segundo Imbernón (2011), a formação continuada é indispensável para acompanhar as transformações sociais e tecnológicas, além de favorecer uma reflexão crítica sobre a prática educativa.

A inserção da EJA no currículo da Licenciatura em Química é, portanto, essencial para formação de professores capazes de atuar em contextos diversos, promovendo inclusão educacional e contribuindo para que a Química se torne uma disciplina significativa e acessível para todos os estudantes. Esse compromisso evidencia a importância de uma formação docente abrangente, que valorize tanto o contexto sociocultural dos estudantes quanto a necessidade de inovação pedagógica, assegurando uma educação verdadeiramente democrática e transformadora.

2.2 O currículo para a formação de professores de química para a EJA

Arroyo (2006) compreende o currículo como um conceito que vai além da simples organização de conteúdo ou disciplinas, propondo uma visão mais ampla e crítica sobre sua elaboração e aplicação. Para o autor, o currículo deve ser entendido como uma construção histórica e sociopolítica, profundamente enraizada nas experiências de vida dos estudantes e nos contextos culturais e sociais em que estão inseridos. Ele argumenta que as escolas, com frequências, trabalham com currículos baseados em modelos tradicionais e homogêneos, que desconsideram as particularidades, os saberes prévios e as trajetórias individuais dos educandos.

Nesse sentido, Arroyo (2006) defende que o currículo deve ser concebido como um espaço de interlocução e reconhecimento da diversidade, que contemple as vozes de grupos historicamente marginalizados, como as classes populares e as minorias étnicas e culturais. O autor destaca, ainda, que o currículo não é apenas um elemento pedagógico neutro, mas sim um território de disputas políticas e ideológicas. As escolhas sobre quais conteúdos serão abordados refletem interesses específicos e podem perpetuar desigualdades sociais, econômicas e culturais. Ele enfatiza que essa seleção de conhecimentos não ocorre de forma aleatória, mas

está inserida em um contexto de relações de poder que determina quais saberes são considerados válidos ou legítimos.

Por isso, Arroyo (2006) defende a importância de um currículo transformador, capaz de valorizar o protagonismo dos educandos e de promover práticas pedagógicas que combatam as desigualdades, incentivem o pensamento crítico e colaborem para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária. Dessa forma, o currículo torna-se um instrumento de emancipação social, promovendo a inclusão e respeitando a pluralidade de experiências e perspectivas.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que acolhe um público caracterizado pela diversidade cultural, social e econômica. Esse grupo inclui trabalhadores, mulheres, negros, indígenas e outros segmentos historicamente marginalizados pelas políticas públicas, que carregam as marcas da exclusão socioeconômica. Nas últimas décadas, tem-se observado um processo de "juvenilização" na EJA, com o crescimento significativo de matrículas de jovens e adolescentes, em contraste com a participação de adultos e idosos. Essa mudança no perfil dos estudantes evidencia a necessidade de práticas pedagógicas específicas, que considerem as particularidades e vivências de cada grupo. No entanto, a preparação dos professores para atuar nessa modalidade ainda apresenta lacunas significativas, o que frequentemente resulta na reprodução de metodologias aplicadas no ensino regular, sem adaptações às necessidades desse público.

Conforme apontado por Arroyo (2006), a pedagogia voltada para a EJA deve ser construída a partir de uma perspectiva que valorize as experiências e os questionamentos dos estudantes, rompendo com o modelo pedagógico tradicional focado na infância. Jovens e adultos possuem trajetórias e vivências distintas, sendo essencial que o processo de ensino-aprendizagem leve em conta elementos como o trabalho, a cultura e a história de vida desses sujeitos. No entanto, muitos professores chegam à EJA sem formação específica, o que dificulta a criação de estratégias que promovam o engajamento e a permanência dos alunos.

Dessa forma, é fundamental que os educadores desenvolvam práticas que não apenas transmitam conhecimentos, mas também incentivem o protagonismo e as potencialidades dos estudantes. Como defende Konder (2001) o diálogo entre educadores e educandos deve ser permeado não só pela transmissão de conteúdos, mas também pela troca de ideias e valores, tornando a sala de aula um espaço inclusivo, que acolha as vivências e perspectivas dos alunos e favoreça uma formação integral e significativa.

O currículo de formação de professores para atuar na Educação de Jovens e Adultos deve ser estruturado de modo a atender às necessidades específicas desse público diverso e

desafiador. Entre as competências necessárias, destaca-se a capacidade de adaptar conteúdos, utilizando abordagens flexíveis e metodologias participativas que promovam o protagonismo dos estudantes. O diálogo deve ser uma prática constante, permitindo ao professor compreender as experiências e contextos de vida dos alunos, e assim criar um ambiente de ensino significativo. Além disso, estimular a autoestima e a confiança dos estudantes é essencial para engajá-los no processo de aprendizagem, muitas vezes marcado por rupturas educacionais anteriores.

É imprescindível que o currículo da licenciatura inclua estratégias de ensino-aprendizagem que sejam interativas e colaborativas, como o uso de projetos integradores, estudos de caso e resolução de problemas vinculados ao cotidiano dos alunos. Tais abordagens conectam o conteúdo escolar à realidade dos estudantes, tornando a aprendizagem mais contextualizada e relevante. Para o público da EJA, formado por adultos com experiências diversas, o ensino precisa dialogar com suas vivências e demandas práticas, possibilitando que os conhecimentos adquiridos tenham aplicação imediata em suas vidas e trabalhos.

No caso específico da formação de professores de Química, é fundamental que o currículo contemple estratégias pedagógicas que tornem a disciplina mais acessível e atrativa. Frequentemente percebida como abstrata ou desafiadora, a Química pode ser ensinada de forma mais envolvente por meio de experimentos simples, simulações, análise de situações do cotidiano e resolução de problemas contextualizados, como questões ambientais, processos industriais ou práticas do dia a dia. A formação docente deve promover o desenvolvimento de competências para o planejamento e a execução de atividades experimentais, considerando as limitações de infraestrutura frequentemente presentes nas escolas da EJA. Além disso, é essencial que o futuro professor esteja preparado para reconhecer as especificidades desse público, estabelecendo uma relação pedagógica pautada no respeito às suas trajetórias e na construção de um ambiente de aprendizagem acolhedor.

A preparação do professor para atuar na EJA é uma questão que vem ganhando relevância nas últimas décadas, como destacado por Soares e Pedroso (2016) muitas vezes, os professores que lecionam nessa modalidade não recebem uma formação específica para tal, o que pode resultar na reprodução de práticas pedagógicas tradicionais, inadequadas às necessidades desse público. Isso evidencia a falta de priorização da educação voltada para os sujeitos da EJA e aponta para a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre a formação de professores para essa modalidade.

Arroyo (2006) ressalta a importância de uma abordagem pedagógica diferenciada para a EJA, que leve em consideração as características e experiências dos alunos adultos, argumenta

que a teoria pedagógica tradicional, centrada na infância, não é adequada para os sujeitos da EJA, que possuem voz, questionamentos e participam ativamente do processo de aprendizagem. Portanto, é essencial desenvolver uma pedagogia específica para a EJA, que considere as vivências dos alunos adultos e os contextos sociais em que estão inseridos.

Nesse contexto, a formação de professores para a EJA deve ultrapassar a mera transmissão de conteúdos acadêmicos e abranger a promoção de valores e convicções que incentivem o engajamento dos alunos no processo educacional (Konder, 2001). O professor deve planejar estratégias que favoreçam a integração dos estudantes da EJA no ambiente escolar, estimulando suas potencialidades e garantindo sua permanência e participação ativa nas aulas.

Machado (2008) argumenta que muitos cursos de formação de professores preparam os docentes para lidar com um aluno ideal, o que não corresponde à realidade de uma sala de aula, onde encontramos uma variedade de realidades. Essa falta de preparo específico para lidar com as múltiplas vivências na sala de aula da EJA, devido à ausência de conhecimentos sobre essa modalidade de ensino e seus sujeitos na formação inicial dos professores, é uma das causas da continuidade de métodos e estratégias inadequados para a realidade da EJA, contribuindo para a evasão escolar.

Soares e Pedroso (2016) destacam que a falta de definição clara sobre a EJA tem como consequência a ausência de parâmetros oficiais para traçar o perfil do professor dessa modalidade. A EJA, mesmo sendo uma discussão antiga, ainda está em processo de construção e amadurecimento, o que dificulta a definição do perfil desse professor.

Na perspectiva da Educação de Jovens e Adultos, enfatizada por Nicodemos e Serra (2020), é fundamental o contato, o acolhimento e o apoio mútuo entre alunos e professores, elementos que são essenciais para o sucesso educacional nessa modalidade. Nesse sentido, conforme afirma Freire (2005) é importante afastar-se de uma abordagem tradicional de educação, na qual o professor detém todo o conhecimento e o aluno é passivo, e adotar práticas mais libertadoras, dialógicas e críticas.

Nessa circunstância, é necessário repensar a formação dos professores, especialmente no que diz respeito ao ensino de Química na EJA. Os docentes que atuam nessa modalidade devem ser capazes de estabelecer conexões entre os conteúdos da disciplina e a realidade dos estudantes, demonstrando como o conhecimento químico pode ser aplicado na resolução de problemas do cotidiano. Para isso, é crucial promover uma relação contínua entre os conteúdos curriculares e os saberes construídos na vivência diária dos alunos. Ao adotar uma abordagem que valorize a relevância prática dos conceitos químicos, o professor contribui para uma

integração mais significativa entre o conhecimento científico e a experiência concreta dos educandos.

Essa abordagem pode contribuir significativamente para o engajamento dos alunos e para o desenvolvimento de uma compreensão mais profunda e significativa dos conceitos químicos. Como destacam Lira, Lira e Martins (2017), ao estreitar a relação entre o conteúdo da disciplina e a experiência cotidiana dos estudantes, o professor pode proporcionar uma visão mais integrada e contextualizada da Química que os cerca. Nesse sentido, a formação de professores para a EJA deve priorizar não apenas o domínio dos conteúdos específicos da área, mas também o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que articulem teoria e prática, permitindo aos alunos compreender de forma mais ampla e crítica os fenômenos químicos presentes em seu cotidiano.

Calixto (2016) destaca a importância de contextualizar o ensino de Química de acordo com a realidade social dos alunos. Para isso, o professor precisa não apenas dominar o conteúdo da disciplina, mas também compreender sua aplicação nas práticas sociais, naturais e humanas. Além disso, é fundamental que o professor tenha uma formação sólida em saberes docentes.

Augustinho e Vieira (2021, p. 44) enfatizam a necessidade de democratizar o ensino de Ciências, especialmente na Educação de Jovens e Adultos, ressaltando que a ciência deve ser acessível a todos e não apenas a um grupo privilegiado. Eles argumentam que a educação desempenha um papel crucial na inclusão social, e, por isso, o ensino de Química, enquanto ciência da natureza, deve ser orientado para atender às necessidades da população. Nesse contexto, o professor tem o papel de promover a alfabetização científica em sala de aula, demonstrando como os conceitos químicos podem ser aplicados na vida cotidiana dos alunos.

O Parecer Nº 1.303/2001, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Química, destaca a importância de uma formação generalista e sólida para os licenciandos em Química (Brasil, 2001). No entanto, o documento dá ênfase ao ensino fundamental e médio regular, negligenciando as especificidades da EJA e contribuindo para a falta de preparo dos professores para atuar nessa modalidade.

Abreu Junior, Rodrigues e Nogueira (2016) observam que a EJA não é devidamente reconhecida nos cursos de licenciatura, o que demanda um esforço institucional para valorizar essa modalidade de ensino. É necessário repensar os cursos de licenciatura para que integrem práticas pedagógicas com o conhecimento científico, permitindo ao licenciando estabelecer conexões significativas para o ensino escolar.

Nesse contexto, torna-se indispensável que o currículo da licenciatura em Química seja concebido com base em uma perspectiva crítica, que articule teoria e prática de forma sensível

às realidades da EJA. A valorização das trajetórias dos estudantes, o respeito à diversidade e o compromisso com a justiça social devem orientar a formação docente, garantindo que o ensino de Química contribua não apenas para o desenvolvimento cognitivo, mas também para a construção da cidadania e da emancipação dos sujeitos envolvidos nesse processo educativo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada neste trabalho visa compreender como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sido contemplada na formação inicial de professores de Química, com foco nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP). Para isso, optou-se por uma abordagem qualitativa, por permitir a interpretação aprofundada de dados não numéricos e a análise de significados, valores e contextos. A técnica principal utilizada foi a análise documental, considerando documentos institucionais como fontes primárias para examinar como a temática da EJA é tratada no currículo do curso. A seguir, são apresentados o tipo de pesquisa, os procedimentos de coleta e os métodos de análise de dados que fundamentam este estudo.

3.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa foi conduzida com uma abordagem qualitativa, caracterizando-se como um estudo do tipo documental. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa busca compreender a realidade a partir dos significados e interpretações dos sujeitos envolvidos, enfatizando aspectos subjetivos e contextuais que não podem ser quantificados. De acordo com Flick (2009), esse tipo de investigação possibilita a análise de fenômenos sociais e culturais sob a perspectiva dos participantes, o que contribui para uma compreensão mais aprofundada dos processos e das interações sociais.

A pesquisa documental, por sua vez, baseia-se na análise de registros escritos, audiovisuais ou eletrônicos, permitindo o acesso a informações relevantes sobre determinado fenômeno social. Conforme Cellard (2008), esse tipo de investigação possibilita examinar documentos oficiais e textos históricos, favorecendo uma interpretação contextualizada dos dados. Da mesma forma, Bardin (2011) destaca que a análise documental é uma técnica essencial para a compreensão de discursos e registros, contribuindo para a construção do conhecimento científico a partir de fontes já existentes.

Assim, focada na análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) do Curso de Licenciatura em Química do IFAP. Utilizando fontes primárias, a pesquisa buscou compreender as mudanças no currículo, especialmente em relação à inclusão da EJA. A abordagem qualitativa permitiu uma interpretação aprofundada e contextualizada dos dados, explorando as práticas pedagógicas e as transformações nas diretrizes curriculares ao longo do tempo.

3.2 Procedimentos de coleta de dados

Para esta pesquisa, se baseou em dois documentos de: Projetos Pedagógicos de Curso (PPC- 2015/2021), diretrizes educacionais que tratam da formação docente no contexto da EJA. A análise documental constitui a principal técnica de coleta de dados desta pesquisa. Segundo Cellard (2010), a análise documental é um método que permite examinar e interpretar documentos oficiais, possibilitando uma investigação aprofundada sobre a forma como a EJA é contemplada nos currículos de Licenciatura em Química.

3.3 Análise de dados

Para Sousa, Oliveira e Alves (2021) a fase de análise consiste no o processo de organizar, comparar e argumentar todos os elementos do texto, distinguir quais são seus elementos principais, o conhecimento que pode contribuir para comprovação da pesquisa e interpretar consiste em realizar a leitura de modo que o pesquisador entenda e compreenda o que está contido no texto.

A análise de dados se dará por meio de categorias e interpretação dos dados, segundo Gil (2019) para que possam ser adequadamente analisadas, necessitam ser organizadas em categorias.

Quadro 1 - Matriz de análise

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	ASPECTOS A ANALISAR
Reconhecimento da EJA no PPC da Licenciatura em Química	Avaliação da abordagem da EJA nos diferentes PPCs do curso.	Como a EJA foi tratada nas versões do PPC (inicial e 2021). Avanços na inclusão da EJA no currículo. Comparação entre as versões do PPC.
Disciplinas e Metodologias Voltadas para a Formação Docente na EJA	Identificação de disciplinas e metodologias que preparam os licenciandos para atuar na EJA.	Existência de disciplinas específicas para a EJA. Estratégias metodológicas abordadas no curso. Práticas pedagógicas adaptadas à realidade da EJA.
Estágios Supervisionados e Experiências Práticas	Análise da presença da EJA na formação prática dos licenciandos.	Oportunidades de vivência da EJA nos estágios supervisionados. Influência da flexibilidade na escolha da modalidade de estágio. Preparação dos licenciandos para os desafios da EJA.
Impacto das Reformulações no PPC e Possíveis Melhorias	Avaliação das mudanças implementadas e identificação de aspectos a serem aprimorados.	Benefícios da reformulação do PPC em 2021. Desafios ainda existentes na formação para a EJA. Sugestões para aperfeiçoamento da abordagem da EJA no curso.

Fonte: Autoria própria, 2025

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da identificação de ofertas de disciplinas sobre a EJA ao longo do curso de Licenciatura em Química no campus Macapá do IFAP, foram analisados os PPC's do referido curso para detectar disciplinas que contemplassem a EJA, possibilitando, assim, uma análise mais aprofundada. Foram encontrados dois documentos: a Resolução nº 44/2015/CONSUP/IFAP, de 03 de setembro de 2015(antiga); e a Resolução nº 18/2021/CONSUP/IFAP (atual) para realizar um estudo comparativo, destacando como cada um deles aborda a importância de uma formação específica para o professor que leciona na EJA. A seguir, será apresentada a análise documental de cada PPC pesquisado.

4.1 A constituição da eja no projeto pedagógico do curso de química do ifap

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá é um documento essencial que orienta a formação de professores de Química, embasado nas principais legislações educacionais do Brasil. Desde sua criação, o curso passou por importantes revisões, com destaque para o PPC de 2015 e sua atualização em 2021.

O curso de Licenciatura em Química do IFAP foi inicialmente estruturado com o objetivo de formar profissionais capacitados para atuar no ensino básico, especialmente no ensino médio. O primeiro PPC definiu uma carga horária mínima de 2.967 horas (Figura 1), organizadas em quatro anos ou oito semestres, com uma oferta de 40 vagas anuais. O curso era oferecido nos turnos matutino ou noturno no Campus Macapá. A matriz curricular incluía disciplinas teóricas e práticas, estágios supervisionados e atividades complementares, priorizando uma formação integrada e abrangente.

Em 2021, o PPC foi revisado para atender às novas demandas da sociedade e às atualizações das diretrizes nacionais para formação docente. A reformulação priorizou a modernização do currículo, incorporando inovações acadêmicas e tecnológicas para preparar os futuros professores para os desafios contemporâneos da educação. O documento revisado apresentou conteúdos programáticos atualizados, metodologias de ensino mais dinâmicas e uma maior integração entre teoria e prática, com ênfase na ampliação das práticas pedagógicas.

A formação de professores no Brasil segue um arcabouço legal que orienta a estruturação dos cursos de licenciatura. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394/1996, define os princípios e requisitos para a formação docente, destacando

a necessidade de licenciatura plena para atuação na educação básica. Complementarmente, o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, estabelece metas e estratégias para garantir a valorização e a qualificação dos profissionais da educação. Esses dispositivos legais fundamentam a criação e a atualização de PPCs, assegurando que eles atendam às demandas educacionais e sociais.

Figura 1 – Informações sobre da estrutura do PPC de Licenciatura em Química do ano de 2015

CURSO SUPERIOR
Tipo: Graduação
Denominação do Curso: Curso Graduação de Licenciatura em Química
Habilitação: Licenciado em Química
Turno de Funcionamento: Matutino ou Noturno
Modalidade: Presencial
Regime: Seriado Semestral
Duração do Curso: 8 semestres
Total de Horas do Curso: 2.967 horas
Tempo de Integralização: Mínimo: 04 anos ou 08 Períodos/Semestres Máximo: 06 anos ou 12 Períodos/Semestres
Hora de Aula: 50 minutos (Funcionamento do curso – exceto estágio e atividade complementar)
Estágio Supervisionado: 400 horas
Atividades Complementares: 200 horas
Prática como Componente Curricular: 400 horas
Número de Componentes Curriculares: Do Núcleo Específico: 25 Do Núcleo Complementar: 19 Do Núcleo Didático-Pedagógico: 08
Total de Componentes Curriculares Obrigatórios: 52
Vagas ofertadas: 40 vagas anualmente
Coordenador do Curso: Prof. Jorge Emílio Henriques Gomes

Fonte: Ifap, 2015

Ao comparar a carga horária dos dois PPCs, observa-se que a carga horária total do curso foi ligeiramente ampliada de 2.967 para 3.068 horas. Essa ampliação, no entanto, não afetou a qualidade ou a profundidade da formação pedagógica. Na versão anterior, o curso oferecia apenas 10 disciplinas pedagógicas, enquanto o novo PPC conta com 11 disciplinas

pedagógicas, um aumento considerável que reflete uma preparação mais robusta para a atuação docente. A inclusão de novas disciplinas, como Teoria e Prática da Educação de Jovens e Adultos, Educação e Diversidade, entre outras, demonstra uma atualização do curso, alinhada com as tendências atuais do ensino básico.

Essa reformulação curricular evidencia um avanço no foco da formação pedagógica, uma vez que aborda temas cada vez mais presentes na realidade da educação básica, como a inclusão, o uso das tecnologias no ensino e a diversidade no ambiente escolar. Além disso, a introdução de disciplinas como Educação Ambiental e Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva amplia as perspectivas de atuação do futuro professor, preparando-o para lidar com diferentes contextos e públicos, e tornando-o apto a enfrentar os desafios educacionais de uma sociedade cada vez mais plural e dinâmica.

Em termos práticos, as mudanças no PPC visam proporcionar uma formação mais completa, que vai além dos aspectos técnicos do ensino de Química, capacitando os licenciandos a se tornarem educadores mais conscientes das diversas necessidades dos alunos. A introdução de disciplinas que abordam a gestão educacional e a avaliação da aprendizagem, por exemplo, permite que os futuros professores compreendam melhor o processo educativo como um todo, desde o planejamento e a execução das atividades até a análise crítica da aprendizagem dos alunos.

Percebe-se uma ausência significativa de conteúdos que tratam especificamente da EJA. As disciplinas obrigatórias e optativas não apresentam menções claras ou dedicadas a esta modalidade de ensino, fundamental para a inclusão educacional e social de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação básica na idade apropriada. A única referência à EJA no documento aparece de forma breve no contexto do componente curricular “Estágio Supervisionado III”, que menciona que a prática docente deverá contemplar “as diferentes modalidades de ensino da educação básica”, incluindo, entre outras, a educação de jovens e adultos.

Contudo, esta menção é vaga e não acompanha uma fundamentação ou aprofundamento sobre a EJA, deixando lacunas importantes na formação inicial do professor de Química para atuar de maneira crítica e reflexiva nesta modalidade. Não há, por exemplo, disciplinas ou eixos temáticos que abordam de maneira detalhada as especificidades pedagógicas, metodológicas e culturais do ensino para jovens e adultos, um público que demanda práticas educativas diferenciadas e contextualizadas.

Adicionalmente, a disciplina “Didática Aplicada à Química” menciona o método Paulo Freire, conhecido mundialmente por sua abordagem crítica e transformadora da

educação, especialmente aplicada ao ensino de adultos. No entanto, o método é tratado de maneira genérica, agrupado junto a outros métodos de ensino, sem que haja qualquer especificação ou detalhamento voltado à EJA. Isso sugere que a formação oferecida pelo curso no PPC inicial não priorizava a preparação dos futuros professores para lidar com as particularidades dessa modalidade de ensino. Assim, o docente que se formava neste contexto poderia sair com uma compreensão superficial ou até mesmo nula sobre as demandas pedagógicas específicas da EJA.

Com a atualização da Resolução nº 18.2021/CONSUP/IFAP, de 19 de abril de 2021, o curso apresenta um aumento na carga horária e na estrutura das disciplinas conforme pode ser observado na figura 2.

Figura 2 - Informações sobre a estrutura do PPC de Licenciatura em Química do ano de 2021

<u>DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO</u>				
Denominação do Curso: Curso de Licenciatura em Química				
Modalidade oferecida: Licenciatura				
Habilitação: Licenciado em Química				
Modalidade de ensino e turno de funcionamento: Presencial – Matutino ou Vespertino				
Tempo de integralização: Mínimo: 08 semestres Máximo: 12 semestres				
Número de vagas oferecidas por processo seletivo: 40				
DESCRIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO CURSO			Horas	Hora aula (50 min.)
Núcleo de Formação Pedagógica			669	800
Núcleo de Formação Específica			1167	1400
Núcleo de Formação Complementar			433	520
Núcleo de Prática Profissional	Estágio Supervisionado		400	480
	Trabalho de Conclusão de Curso I		50	60
	Trabalho de Conclusão de Curso II		50	60
	Atividades Complementares		200	240
Núcleo de Componentes Optativos			99	120
Carga horária total do curso			3068	3680
NÚMERO DE COMPONENTES CURRICULARES				
Núcleo de Formação Pedagógica	Núcleo de Formação Específica	Núcleo de Formação Complementar	Núcleo de Prática Profissional	Núcleo de Componentes Optativos
11	23	9	7	3
Total de Componentes Curriculares Obrigatórios			50	
Forma de ingresso: Sistema de Seleção Unificada/SiSU; Processo Seletivo Próprio do IFAP; Processo Seletivo (Vestibulinho).				

Fonte: Ifap, 2021.

No novo Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Química do IFAP, implementado em 2021, observa-se um avanço significativo no que diz respeito à formação

docente voltada para a Educação de Jovens e Adultos. Diferentemente do PPC inicial, que tratava a EJA de forma superficial, a atualização trouxe disciplinas e práticas que abordam essa modalidade de maneira mais aprofundada, evidenciando um esforço para atender às demandas de formação de professores preparados para atuar com esse público específico.

Quadro 2 - comparativo de horas e disciplinas ofertadas nos PPCs

Aspecto	PPC 2015	Novo 2021
Carga Horária Total	2.967 horas	3.068 horas
Número de Disciplinas do Núcleo Pedagógicos e CH Total	10 disciplinas – 640h	11 disciplinas – 800h
Disciplinas Pedagógicas	Fundamentos Sócio-histórico da Educação (80h)	Fundamentos Sócio-Históricos da Educação (80h)
	Filosofia da Educação e Ética Profissional (80h)	Filosofia da Educação e Ética Profissional (80h)
	Currículo e avaliação da Aprendizagem (40h)	Currículo e Avaliação da Aprendizagem (80h)
	Psicologia da Educação (80h)	Psicologia da Educação (80h)
	Educação Inclusiva (80h)	Educação Inclusiva e Diversidade (8h)
	Didática Geral (80h)	Didática Geral (80h)
	Oficina Pedagógica de Química I (40h)	Teoria e Prática da Educação de Jovens e Adultos (EJA) (60h) <i>(nova)</i>
	Oficina Pedagógica de Química II (40h)	Sociedade, Cultura e Educação (60h) <i>(nova)</i>
	Didática Aplicada a Química	Braille (40h) <i>(nova)</i>

	(40h)	
	Legislação e Políticas Públicas (80h)	Legislação e Políticas Públicas Educacionais (80h)
		Libras (80h) (nova)

Fonte: Autoria própria, 2025

Observa-se que as disciplinas de Libras e Braile estavam no PPC de 2015, mas estavam vinculadas ao núcleo complementar e em 2021 passam a se vincular as pedagógicas. Outras mudanças são as Oficinas Pedagógicas de Química I e II e Didática aplicada a Química que estava vinculadas as pedagógicas e no PPC de 2021 passam a compor o núcleo de formação específica com Prática de Ensino I, II, III e IV, apesar disso essa mudança foi mais geral do que voltada para melhorias na EJA.

No núcleo de formação pedagógica do curso de Licenciatura em Química, a inclusão da disciplina "Teoria e Prática da EJA", ofertada no sétimo semestre, representa um avanço significativo, voltada exclusivamente à Educação de Jovens e Adultos, contempla fundamentos teóricos e metodológicos que possibilitam aos futuros docentes compreenderem as especificidades dessa modalidade de ensino.

Portanto, está em consonância com a Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA. Em seu Art. 17, essa resolução determina que a formação inicial e continuada dos profissionais que atuam nessa modalidade deve tomar como referência as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental, para o ensino médio e para a formação de professores. Essa formação deve estar ancorada em um dos pilares fundamentais, previsto no inciso “III – O desenvolvimento de práticas educativas que articulem teoria e prática” (Brasil, 2020).

Dessa forma, observa-se uma preocupação com a formação inicial de professores alinhada às exigências legais, promovendo práticas pedagógicas mais inclusivas e contextualizadas. A seguir, apresenta-se a Figura 3, com a ementa da referida disciplina, que ilustra como tais diretrizes vêm sendo operacionalizadas no currículo do curso.

Figura 3 - Ementa da disciplina EJA - PPC 2021

		Campus MACAPÁ			
CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM QUÍMICA					
1. Identificação do Componente Curricular					
Código	Componente Curricular				Período
	TEORIA E PRÁTICA DA EJA				7º Semestre
C.H. SEMESTRAL EM AULAS			C.H. SEMESTRAL EM HORAS		
PRESENCIAL	EAD	TOTAL	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
36	24	60	50	--	50
2. Ementa					
O Percurso histórico da EJA e seus aspectos socioculturais. Base legal e Políticas Públicas para a EJA. A pedagogia de Paulo Freire: métodos aplicados para o ensino da EJA. Procedimentos metodológicos na EJA: planejamento, execução e elaboração de materiais didáticos.					
Unidades e Discriminação dos Temas					
UNIDADE I	O percurso histórico da EJA e seus aspectos socioculturais A construção de um novo paradigma de ensino-aprendizagem para jovens e adultos Trajetória da EJA no Brasil: características específicas; correntes e tendências Proposta curricular na EJA / Proposta curricular do Estado do Amapá. A EJA na LDB (Lei 9.394/96).				
UNIDADE II	A pedagogia de Paulo Freire: métodos aplicados para o ensino da EJA Paulo Freire e a proposta de alfabetização de adultos Concepção bancária da educação como instrumento da opressão. A dialogicidade, essência da educação como prática da liberdade				
UNIDADE III	Procedimentos metodológicos na EJA Educação e currículo na EJA Planejamento: plano didático e de atividades Temas geradores Conteúdos curriculares Recursos didáticos na EJA				

Fonte: Ifap, 2021

Mesmo com os avanços na inserção de estágios supervisionados em diferentes modalidades de ensino, como menciona o PPC de 2021, a formação docente demanda mais do que a prática no campo. Ela requer um embasamento teórico sólido e metodologias específicas que permitam compreender a complexidade do contexto social e cultural dos estudantes da EJA. Por exemplo, trabalhar com a EJA não é apenas adaptar conteúdos escolares, mas entender as realidades de exclusão, as vivências e as motivações dos alunos, elementos centrais na pedagogia de Paulo Freire.

Outro aspecto relevante no novo PPC é a estrutura do "Estágio Supervisionado IV". Esse componente curricular prevê a realização de práticas docentes em diferentes modalidades de ensino, incluindo a EJA. Segundo o documento, o estágio pode ser realizado na Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, em Escolas de Comunidades Tradicionais (como quilombolas e indígenas), na Educação a Distância (EaD) ou na própria EJA, ficando a escolha da modalidade condicionada à orientação do professor responsável pelo estágio.

Além disso, a disciplina "Prática de Ensino de Química IV" também contempla a EJA em uma de suas unidades temáticas. Na unidade III, por exemplo, aponta que os futuros

professores devam trabalhar com abordagens metodológicas específicas para o ensino de Química na EJA, incluindo a elaboração e aplicação de materiais adaptados para alunos com necessidades educacionais específicas. Além disso, a disciplina promove a valorização dos saberes das culturas tradicionais do Amapá, buscando integrar esses conhecimentos nas aulas de Química. Essa proposta é um diferencial importante, pois conecta o ensino à realidade sociocultural dos estudantes, promovendo uma educação contextualizada e inclusiva.

Essa flexibilidade permite que os futuros professores tenham uma experiência diversificada durante sua formação, o que é essencial para prepará-los para os múltiplos contextos educativos. No caso da EJA, o estágio supervisionado oferece aos licenciandos a oportunidade de vivenciar a prática docente diretamente com esse público, contribuindo para o desenvolvimento de competências pedagógicas e socioemocionais necessárias para atuar em contextos desafiadores e complexos.

Embora o novo PPC represente um avanço considerável na formação de professores para a EJA, ainda há aspectos que merecem reflexão e aprimoramento. Um exemplo, a disciplina "Prática de Ensino de Química IV" aborda a EJA em uma de suas unidades, mas ela não é inteiramente dedicada a essa modalidade. Isso indica que, embora a EJA esteja contemplada, ela ainda não ocupa um lugar de centralidade em todas as instâncias do curso (Figura 3). A designação da modalidade de estágio pelo professor orientador pode, eventualmente, limitar a vivência dos licenciandos com a EJA, dependendo das escolhas feitas durante o planejamento do estágio.

Outro ponto importante é a necessidade de garantir que as abordagens metodológicas ensinadas nas disciplinas e nos estágios não apenas mencionam a EJA, mas também promovam uma formação crítica e prática para atuar com esse público. A inclusão do contexto sociocultural do Amapá, por exemplo, é um avanço, mas precisa ser consolidada e ampliada para garantir que os futuros professores compreendam a diversidade cultural e as necessidades específicas dos estudantes da EJA.

É importante, no entanto, destacar que a inclusão de conteúdos voltados à EJA é uma demanda histórica e urgente para os cursos de licenciatura. A EJA representa um dos maiores desafios do sistema educacional brasileiro, pois atende a um público historicamente marginalizado e que traz consigo experiências e necessidades muito distintas do público jovem da educação regular. Por isso, sua ausência ou tratamento superficial em um curso de formação docente limita a capacidade do futuro professor de atuar de forma eficaz e transformadora nesta modalidade.

A ausência de um enfoque mais claro na EJA no PPC inicial do curso de Licenciatura

em Química do IFAP reflete um problema estrutural que ainda persiste em muitos cursos de formação de professores no Brasil. Apesar de a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e os documentos orientadores para a educação básica ressaltarem a importância da EJA como uma modalidade essencial para a inclusão educacional, ela segue sendo negligenciada ou tratada de forma superficial na formação docente.

No entanto, ainda há espaço para avançar, garantindo que a EJA ocupe um papel ainda mais central e que as experiências formativas sejam igualmente acessíveis e abrangentes para todos os licenciandos. Dessa forma, o curso poderá contribuir de forma mais efetiva para a formação de professores comprometidos com a construção de uma educação pública, inclusiva e de qualidade para todos.

Um PPC comprometido com a transformação social precisa contemplar, de forma robusta e integrada, disciplinas, ementas e práticas pedagógicas voltadas para a EJA. Isso inclui abordagens que discutam metodologias específicas, como o método Paulo Freire, mas de maneira mais aprofundada e contextualizada. É fundamental preparar o professor para atuar com uma postura crítica e sensível às necessidades dos estudantes da EJA, compreendendo que seu papel vai além do ensino de conteúdos: ele deve também contribuir para a construção da cidadania e da autonomia dos alunos.

4.2 Princípios para a formação de professores na EJA – licenciatura em Química

O curso de Licenciatura em Química do IFAP, Campus Macapá, tem avançado significativamente na formação de professores aptos a atuar na Educação de Jovens e Adultos, especialmente após a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em 2021. O PPC de 2021 incorporou princípios e objetivos que buscam uma formação mais inclusiva, crítica e contextualizada, refletindo um compromisso maior com as especificidades da EJA e com a diversidade do público que ela atende. Será refletido de forma integrada no currículo, com uma combinação de disciplinas teóricas e práticas que preparem os alunos não apenas com os conhecimentos técnicos em Química, mas também com uma formação pedagógica, humanista e voltada para os desafios sociais e ambientais do mundo contemporâneo. Essa abordagem interdisciplinar e contextualizada permitirá a formação de profissionais capacitados a atuar como educadores na educação básica, com um compromisso com a sustentabilidade e o desenvolvimento humano.

No PPC inicial, a formação voltada para a EJA era tratada de maneira limitada, sem a criação de disciplinas específicas para abordar as particularidades dessa modalidade. A única

referência à EJA estava no componente "Estágio Supervisionado III", que abrangia diferentes modalidades de ensino, incluindo a EJA, mas sem uma ênfase específica. Essa abordagem generalista não contemplava a profundidade necessária para preparar o professor para os desafios específicos da EJA, especialmente no contexto de uma região como o Amapá, onde as questões socioculturais e educacionais demandam práticas pedagógicas diferenciadas.

A reformulação do PPC em 2021 trouxe avanços importantes. O curso passou a contar com disciplinas dedicadas exclusivamente à EJA, como "Teoria e Prática da EJA", que oferece uma formação teórica e prática aprofundada sobre as especificidades do ensino para jovens e adultos. Esse foco possibilita que os futuros professores compreendam as necessidades educacionais desse público e se preparem para trabalhar com as diversas realidades socioculturais que envolvem a EJA, buscando sempre uma educação que respeite e valorize o conhecimento prévio dos estudantes. Além disso, a disciplina "Prática de Ensino de Química IV" também passou a contemplar a EJA em uma de suas unidades, com ênfase na adaptação de materiais e na aplicação de metodologias que atendam às necessidades dos alunos dessa modalidade, incluindo a consideração dos saberes das culturas tradicionais do Amapá nas aulas de Química.

A formação para a EJA no novo PPC não se limita apenas às disciplinas teóricas, mas também se reflete no estágio supervisionado, que agora pode ser realizado em diferentes modalidades de ensino, incluindo a EJA. Essa flexibilidade permite que os licenciandos tenham a oportunidade de vivenciar a realidade da EJA em diferentes contextos, como a educação a distância, a educação indígena ou a educação profissional integrada ao ensino médio. No entanto, a escolha da modalidade de estágio depende da orientação do professor, o que pode, em alguns casos, limitar a vivência dos licenciandos com a EJA, dependendo das escolhas feitas no momento do planejamento.

Os princípios e objetivos propostos para a formação de professores voltados para a EJA no curso de Licenciatura em Química do IFAP buscam, em grande medida, promover uma educação inclusiva e equitativa, capaz de respeitar as diversidades culturais e educacionais dos alunos. A formação teórica e prática voltada para a EJA, junto à valorização do conhecimento prévio dos estudantes e ao incentivo à utilização de metodologias adaptadas e contextualizadas, reforça a ideia de que o ensino para jovens e adultos não deve ser apenas uma reprodução das práticas convencionais, mas uma experiência de aprendizagem significativa que leve em consideração o contexto de vida dos alunos.

Entretanto, apesar dos avanços, ainda há desafios a serem enfrentados para garantir uma formação plena e eficaz para a EJA. A flexibilidade no estágio supervisionado, por

exemplo, pode gerar desigualdade na experiência formativa dos licenciandos, caso alguns não tenham a oportunidade de atuar diretamente com a EJA. Além disso, a integração dos saberes culturais locais no currículo do curso, embora mencionada, ainda depende de uma implementação mais estruturada e consistente, para que os futuros professores possam, de fato, aplicar esses saberes de forma integrada nas suas práticas pedagógicas.

A reformulação do PPC em 2021 representa um grande passo na construção de uma formação mais sólida e específica para a atuação na EJA, alinhada com os desafios contemporâneos da educação inclusiva e da valorização da diversidade. No entanto, é necessário continuar a reflexão sobre como garantir que todos os licenciandos tenham a mesma oportunidade de vivenciar a EJA de forma aprofundada, além de garantir que as metodologias propostas no curso sejam realmente aplicáveis e eficazes no contexto real de sala de aula.

4.3 Práticas de ensino de Química para a EJA na Licenciatura do IFAP

A introdução de disciplinas específicas, como "Teoria e Prática da EJA", no sétimo semestre do curso, representa uma das principais inovações do currículo. Esta disciplina tem como objetivo proporcionar aos licenciandos uma compreensão aprofundada das características e necessidades da EJA, abordando uma gama de temas que vão desde os aspectos socioeconômicos e culturais dos alunos até as metodologias e estratégias pedagógicas mais adequadas para esse público. Com base nesse conhecimento teórico, os estudantes são incentivados a refletir sobre as diversas formas de ensinar e aprender que melhor atendem às especificidades dos jovens e adultos da EJA, enfocando questões como o estímulo ao interesse pela aprendizagem e a promoção da autonomia do aluno no processo educacional.

A Andragogia, que é a ciência do ensino e aprendizagem de adultos, destaca-se como um ponto crucial nesse contexto, já que os estudantes da EJA possuem experiências de vida e saberes prévios que precisam ser reconhecidos e valorizados no processo educativo. Será refletida no currículo através de estratégias que buscam promover a autonomia do aluno da EJA. As metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos e a resolução de problemas, são alinhadas com os princípios da Andragogia, que enfatizam a motivação intrínseca, a experiência prévia dos alunos e a aprendizagem orientada para a resolução de problemas reais.

Círculos de Cultura, uma metodologia proposta por Paulo Freire, também se torna uma ferramenta importante nesse contexto. Os Círculos de Cultura promovem um espaço de diálogo e troca de saberes, no qual os alunos são reconhecidos não apenas como receptores do

conhecimento, mas também como detentores de saberes que são igualmente válidos e necessários para o processo educacional. Essa abordagem favorece a construção de um ambiente de aprendizagem onde o conhecimento científico e os saberes populares se encontram, respeitando as vivências e a cultura dos alunos da EJA.

O curso de Licenciatura em Química busca capacitar seus futuros professores para atuar de maneira crítica e transformadora, alinhando o conhecimento acadêmico com as experiências e saberes dos alunos. A EJA, por ser uma modalidade voltada a jovens e adultos que, por diversas razões, não puderam concluir a educação básica na idade regular, demanda abordagens pedagógicas diferenciadas. Estas abordagens devem levar em consideração os contextos históricos, sociais e culturais dos alunos, criando um ambiente de aprendizagem que seja tanto desafiador quanto acessível. Nesse sentido, a formação docente no IFAP tem se estruturado para atender a essas necessidades, com o objetivo de preparar educadores para lidar com a diversidade presente nas turmas de EJA.

Além disso, a disciplina "Prática de Ensino de Química IV" se destaca por incluir uma unidade específica sobre a EJA, com o tema "Abordagens metodológicas para o ensino de Química: Educação de Jovens e Adultos". Essa unidade tem como objetivo proporcionar aos futuros professores as ferramentas necessárias para o desenvolvimento de materiais didáticos adaptados e para a aplicação de metodologias diferenciadas. O foco principal é garantir que os conteúdos científicos sejam apresentados de maneira que sejam acessíveis e relevantes para os alunos da EJA, levando em consideração suas experiências de vida, seus saberes prévios e o contexto cultural em que estão inseridos.

A utilização de materiais didáticos adaptados surge como uma prática pedagógica fundamental no ensino da EJA. Muitos alunos dessa modalidade possuem experiências e conhecimentos de vida que não coincidem com os conteúdos tradicionais encontrados nos livros didáticos. Por isso, adaptar os conteúdos e as abordagens pedagógicas à realidade desses alunos é essencial para garantir um aprendizado eficaz. Esse processo envolve, entre outras coisas, o desenvolvimento de atividades que estabeleçam conexões entre o conhecimento científico e o cotidiano dos estudantes, por meio de exemplos e problemas relacionados à realidade local, regional e cultural dos alunos, o que pode ser aplicado, por exemplo, nas aulas de Química.

Outro elemento essencial na formação para o ensino na EJA no IFAP é o uso de metodologias ativas. A aprendizagem dos alunos da EJA não deve ser limitada a uma simples transmissão de conteúdo, mas deve ser construída de maneira colaborativa, em que o estudante se torne protagonista de seu próprio processo de aprendizagem. O uso de metodologias como a aprendizagem baseada em projetos, a resolução de problemas e o ensino colaborativo, entre

outras abordagens participativas, é incentivado ao longo da formação. Isso permite que os alunos se envolvam ativamente no processo educativo, desenvolvendo não apenas o conhecimento científico, mas também habilidades de pensamento crítico e reflexão sobre questões sociais e políticas que os afetam diretamente.

O estágio supervisionado também desempenha um papel importante nas práticas pedagógicas do curso, proporcionando aos licenciandos a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos em situações reais de ensino. O "Estágio Supervisionado IV", por exemplo, pode ser realizado em escolas que atendem à EJA, em comunidades indígenas ou quilombolas, ou até mesmo no formato de Educação a Distância (EaD). Esse componente curricular poderia oferecer aos estudantes uma gama de experiências pedagógicas, permitindo que eles se familiarizem com os desafios e as necessidades da EJA em contextos diversos, além de possibilitar a implementação prática das metodologias e estratégias que estão sendo estudadas no curso, se fosse um componente exclusivo para a EJA e não aberto a outras modalidades.

De maneira geral, as práticas pedagógicas e metodológicas no Curso de Licenciatura em Química do IFAP, voltadas para o ensino na EJA, são desenvolvidas com o intuito de promover uma formação docente crítica, reflexiva e sensível às especificidades dessa modalidade de ensino. O curso busca integrar teoria e prática de forma que os futuros professores se sintam preparados para lidar com a diversidade de contextos em que atuarão, utilizando metodologias que tornem o aprendizado significativo para os alunos da EJA. Esse enfoque não se limita à transmissão de conteúdos acadêmicos, mas se estende à formação de educadores comprometidos com a transformação social por meio da educação, capazes de respeitar, valorizar e promover o conhecimento e as experiências de vida dos estudantes da EJA.

Os principais resultados demonstraram que o PPC inicial do curso apresentava lacunas significativas no que diz respeito à preparação dos futuros docentes para atuar na EJA. A ausência de disciplinas específicas e a abordagem superficial do tema dentro dos componentes curriculares refletiam um modelo de formação que não contemplava adequadamente as necessidades desse público. No entanto, a reformulação do PPC em 2021 trouxe avanços significativos, incluindo a disciplina "Teoria e Prática da EJA", que oferece uma formação teórica e metodológica mais aprofundada, além da incorporação da EJA em estágios supervisionados e em unidades temáticas de disciplinas pedagógicas. Apesar desses avanços, ainda há desafios na implementação de práticas pedagógicas efetivas e na consolidação de um currículo mais robusto para a formação de professores da EJA.

A discussão dos resultados evidencia que essa situação não é exclusiva do IFAP. Conforme apontado por Fonseca e Teixeira (2025), a análise dos PPCs dos cursos de licenciatura em Física e Química das universidades do Rio Grande do Sul revelou que a EJA ainda é pouco contemplada na formação inicial dos docentes, sendo geralmente tratada de maneira superficial ou como disciplina complementar. Essa realidade reflete uma problemática nacional, na qual a EJA é frequentemente negligenciada nos currículos de formação de professores, apesar da sua importância social e educacional. A ausência de uma formação específica para essa modalidade compromete a qualificação dos professores e, conseqüentemente, a qualidade do ensino ofertado aos alunos da EJA.

Os achados reforçam a necessidade de ampliar e fortalecer a presença da EJA nos cursos de licenciatura, garantindo uma formação mais sólida e específica para os futuros docentes. Além disso, destaca-se a importância de uma abordagem metodológica que considere as especificidades desse público, como apontado por Arroyo (2006) e Freire (2014), que defendem uma educação voltada para a valorização dos saberes prévios e das vivências dos alunos da EJA. Dessa forma, é fundamental que as licenciaturas promovam metodologias ativas e contextualizadas, que favoreçam a aprendizagem significativa e a inclusão dos estudantes da EJA no processo educativo.

Apesar das melhorias, ainda existem desafios a serem enfrentados. A flexibilidade na escolha da modalidade de estágio pode limitar a vivência prática de alguns licenciandos na EJA, e a abordagem metodológica da disciplina específica ainda necessita de maior aprofundamento para garantir que os futuros professores estejam plenamente capacitados para lidar com as especificidades desse público. Além disso, a integração de saberes culturais locais no currículo do curso, embora mencionada, precisa ser mais estruturada e consolidada. Outro aspecto crítico é a necessidade de políticas institucionais que garantam a continuidade e aprimoramento das ações voltadas à EJA dentro das licenciaturas, assegurando que as mudanças implementadas no PPC sejam eficazes e sustentáveis a longo prazo.

Diante desse cenário, torna-se fundamental que novas pesquisas sejam conduzidas para avaliar de forma sistemática o impacto das reformas curriculares na formação docente e na qualidade do ensino na EJA. Além disso, estudos que explorem a aplicação de metodologias inovadoras e inclusivas podem contribuir significativamente para o aprimoramento contínuo do ensino de Química nessa modalidade. Para que essas mudanças sejam efetivas, é imprescindível um esforço conjunto entre instituições de ensino, órgãos governamentais e a própria comunidade acadêmica, promovendo um debate contínuo e estratégias concretas para consolidar uma formação docente mais equitativa e alinhada às necessidades da EJA. Dessa

forma, será possível fortalecer um modelo educacional mais acessível, inclusivo e socialmente transformador.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar de que forma a EJA vem sendo abordada no currículo do curso de Licenciatura em Química ofertado pelo Instituto Federal de Ciências e Tecnologias do Amapá. Para isso, foram investigadas as diretrizes dos Projetos Pedagógicos do Curso (PPCs), sua evolução ao longo dos anos e a inclusão de disciplinas e metodologias voltadas especificamente à EJA.

A análise documental, que abrangeu tanto o PPC anterior (de 2015) quanto o mais recente (de 2021), permitiu identificar mudanças significativas na estrutura da formação docente, especialmente no que se refere ao reconhecimento das particularidades dessa modalidade. O PPC de 2015 apresentava lacunas evidentes, com a ausência de componentes curriculares específicos e apenas menções pontuais à EJA, como no Estágio Supervisionado III, sem aprofundamento teórico ou metodológico.

Com a reformulação do PPC em 2021, observou-se um avanço importante: a inclusão da disciplina "Teoria e Prática da EJA", ministrada no sétimo semestre, passou a oferecer uma base mais sólida para a atuação docente nesse campo. Além disso, a modalidade foi incorporada aos estágios supervisionados e discutida em outras disciplinas pedagógicas, indicando um esforço institucional em alinhar-se às Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, com o desenvolvimento de práticas educativas que articulem teoria e prática e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação de professores, como estabelecido pela Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Essa resolução reforça a necessidade de uma formação inicial que considere os diferentes ritmos, tempos e espaços dos estudantes, bem como suas dimensões psicossociais, histórico-culturais e interativas, especialmente na EJA.

Apesar dos avanços, ainda persistem desafios. A possibilidade de escolha da modalidade de estágio pode limitar a vivência prática na EJA, e a abordagem metodológica da disciplina específica ainda demanda aprofundamento. Outro ponto que merece atenção é a integração dos saberes culturais locais e das experiências dos estudantes, que, embora mencionada, precisa ser mais efetiva e estruturada no currículo.

Assim, a pesquisa contribui para o entendimento das políticas curriculares voltadas à formação de professores de Química no contexto da EJA, apontando a necessidade de fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas, contextualizadas e socialmente comprometidas. Como perspectiva futura, propõe-se a ampliação da investigação para outras instituições de ensino superior da região, como a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e

a Universidade Estadual do Amapá (UEAP), com o intuito de mapear e comparar como a EJA tem sido abordada na formação docente, contribuindo, assim, para o aprimoramento das políticas públicas educacionais e para a construção de uma educação mais democrática e equitativa.

REFERÊNCIAS

- ABREU JÚNIOR, J. M.; RODRIGUES, M. G.; NOGUEIRA, V. S. Inserção da EJA no currículo da Licenciatura em Química: uma proposta de pesquisa-ação e formação de professores. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE QUÍMICA, 18., 2016, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: UFSC, 2016. Disponível em: <https://www.eneq2016.ufsc.br/anais/resumos/R0131-1.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.
- ARROYO, M. Formar educadores e educadoras de jovens e adultos. In: SOARES, L. J. G. (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- AUGUSTINHO, E.; VIEIRA, V. S. Aprendizagem significativa como alicerce para metodologias ativas no ensino de Ciências: uma interlocução em prol da educação de jovens e adultos. **Nova Revista Amazônica**, v. 9, n. 1, 2021. DOI: <https://dx.doi.org/10.18542/nra.v9i1.10027>. Acesso em: 18 set. 2024.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 48.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 13.632, de 6 de março de 2018. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida**. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 2019. Seção 1, p. 44.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES nº 1.303/2001, de 6 de novembro de 2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Química**. Brasília, DF: MEC/CNE, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1303.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as diretrizes para a formação inicial de professores para a educação básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 15 abr. 2020.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 01, de 2021. Estabelece diretrizes para a organização curricular da educação profissional técnica de nível médio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 7 jan. 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a formação continuada de professores da educação básica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 9 ago. 2000.

CALIXTO, J. A. **Formação de professores de Química para atuação na EJA**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Química) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.

CARVALHO, L. B. et al. Metodologias alternativas para o ensino de Química na Educação de Jovens e Adultos: uma análise de experiências práticas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, n. 2, p. 45-60, 2021.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

FONSECA, E. F. da; TEIXEIRA, M. do R. F. A Educação de Jovens e Adultos nos Planos Pedagógicos do Curso de Licenciatura em Física e Química das Universidades do Rio Grande do Sul. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 10, e18527, p. 1-12, 2025. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>. Acesso em: 13 fev. 2025.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 13.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ. Resolução nº 44/2015/CONSUP/IFAP, de 03 de setembro de 2015. **Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Química**. Macapá: IFAP, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ. Resolução nº 18, de 2021. **Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Química**. Conselho Superior do IFAP, 2021. Disponível em: <https://ifap.edu.br>. Acesso em: 18 fev. 2025.

KNOWLES, M. S.; HOLTON, E. F.; SWANSON, R. A. **Aprendizagem de adultos: a andragogia em ação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

KONDER, L. Limites e possibilidades de Marx e sua dialética para a leitura crítica da história neste início de século. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis: Vozes, 2001.

KONDER, L. Marx e a Sociologia da educação. In: TURA, M. L. R. (Org.). **Sociologia para educadores**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001. p. 11-25.

LIMA, C. A.; LIMA, M. Z. da C. Saúde docente e formação de professores: reflexões sobre desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Básica**, v. 3, n. 1, p. 16-29, 2018.

LIRA, T. R.; LIRA, M. T. R.; MARTINS, G. V. Por um ensino que forme professores de Química para a modalidade de ensino de jovens e adultos. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Cajazeiras, n. 2, supl., p. 189-198, set. 2017.

MACHADO, L. R. S. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, v. 1, n. 1, 2008.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 21.

NICODEMOS, A.; SERRA, E. Educação de Jovens e Adultos em contexto pandêmico: entre o remoto e a invisibilidade nas políticas curriculares. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 3, p. 871-892, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss3articles/nicodemos-serra.html>. Acesso em: 28 jan. 2025.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2014.

PONTE, J. P. da et al. Tecnologias na formação de professores: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 78-93, 2015.

SILVA, R. A.; SOUZA, M. P. A formação do professor de Química para a EJA: desafios e possibilidades. **Química Nova na Escola**, v. 41, n. 3, p. 12-20, 2019.

SOARES, L. J. G.; PEDROSO, A. P. F. Formação de educadores na Educação de Jovens e Adultos (EJA): alinhando contextos e tecendo possibilidades. **Educação em Revista**, v. 32, n. 4, p. 251-268, out. 2016.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.